



MARECHAL JOSÉ CAETANO DE FARIA

(Projeção de sua obra como Chefe do EME
e Ministro da Guerra na Reforma Militar)

Claudio Moreira Bento

INTRODUÇÃO

No contexto da Reforma Militar (1898-1945) que alçou o Exército dos baixos índices de operacionalidade revelados na Revolta de Canudos em 1896 aos expressivos índices que demonstrou na Itália, através da Força Expedicionária Brasileira que muito bem o representou, ao lutar contra ou em aliança, com representações dos melhores Exércitos do mundo presentes na Europa na Segunda Guerra Mundial, a ação reformadora do Marechal José Caetano de Faria, de 1910-1918, como Chefe do Estado-Maior do Exército e Ministro da Guerra assumiu especial relevo e se situou, segundo interpreto, ao nível das obras específicas dos Marechais Hermes da Fonseca e Eurico Gaspar Dutra.

Sua ação reformadora se constituiu em ponto de inflexão para o Exército brasileiro moderno. Exército desdobrado em três dimensões — o de Paz, o de Manobras e o de Guerra, com caráter nacional e autêntica representação do Brasil em Armas, no qual ser soldado deixou de ser profissão desprezível pela sociedade brasileira para ser um dever cívico para expressiva parcela dessa mesma sociedade. Dentre suas múltiplas ações reformadoras, resalto: a execução em 1916 do primeiro Sorteio Militar; a extinção da Guarda Nacional e passagem da mesma ao controle do Exército, como Reserva, de todas as outras forças terrestres sob o título de Forças Auxiliares. E mais, por um fato singular relevante e pouco ressaltado, ou seja, o estímulo, agasalho e proteção, na sombra de sua indiscutível autoridade profissional e moral, como Chefe de Estado-Maior e Ministro da Guerra, da atuação revolucionária dos "Jovens turcos" sob o Lema — "Rumo à tropa" — através de A Defesa Nacional e diretamente, em algumas unidades da Vila Militar, como instrutores.

Como Ministro da Guerra, referendou, em 29 de outubro de 1917, declaração de Guerra do Brasil à Alemanha, tendo antes enfrentado a Rebelião de Sargentos de 1915, no Rio, e a Revolta do Contestado em SC-PR em 1914-16, quando fez usar pela primeira vez, no Brasil, o avião em operações militares.

O que apresentamos a seguir baliza a vida e obra desse exponencial chefe, pensador escritor e jurista do Exército, aqui homenageado no ano do septuagésimo aniversário do Primeiro Sorteio Militar e cinquentenário de seu falecimento.

SÍNTESE DE SUA CARREIRA MILITAR

José Caetano nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de março de 1855, filho de Caetano José Faria e Adelaide Lima de Faria. Sabe-se que seu avô havia sido destacado funcionário da cidade do Porto. Ingressou como soldado voluntário no Primeiro Batalhão de Artilharia junto à Escola Militar na Praia Vermelha. De 1868-1875, percorreu as graduações: Cadete segunda classe (1869), furriel (1870), segundo-sargento (1871), primeiro-sargento em 1874. Como segundo-sargento, dos 16 aos 19 anos, fez parte da escolta do Comandante da Divisão Brasileira de Ocupação do Paraguai. Ali foi elogiado "pela maneira distinta como se apresentou na revista que passou o Comandante da Divisão" e também "pela prontidão, solicitude e interesse com que pressuroso expedicionou com o seu regimento (4º RI) até Luque em perseguição aos revoltosos".

Atingido por uma febre do Chaco, quase deixou a pele no Paraguai. Em suas costas, exibia as marcas deixadas pela doença, que só não o vitimou por desvelos de um camarada que o encontrou à morte numa carroça.

De retorno, cursou com brilho o curso de Cavalaria da Escola da Praia Vermelha e galgou aos 20 anos, em 4 de dezembro de 1875, o posto de alferes.

Daí por diante galgou os demais postos por estudos ou merecimentos: ten (7 de dezembro de 1878), cap (26 de agosto de 1884), maj (27 de abril de 1891), ten cel (23 de julho de 1894), cel (24 de outubro de 1902), gen bda (27 de julho de 1905), gen div (14 de novembro de 1910) e marechal (13 de dezembro de 1916). Percorreu toda a escala hierárquica de soldado a marechal em 48 anos.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA SUPERIOR EM PORTO ALEGRE

De 1878-1888, por cerca de 10 anos portanto, como tenente e capitão, ligou-se à Escola Militar

do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, como professor de Matemática Superior.

Lá casou com a gaúcha Isolina Andrade Neves, prima do General Eurico Andrade Neves, a qual ele desde então passou a chamar "Tetéia" com o sentido de pessoa pequena e muito graciosa. Dessa união nasceram: o Major Cav Epaminondas Andrade Faria, que cuidou do marechal até este falecer; Capitão Luís de Andrade Faria (picador do 1º RCG) e General-de-Brigada José Andrade Faria, pai de Ivan Rodrigues de Faria.

Durante sua permanência em Porto Alegre, Caetano de Faria fez largo círculo de amizades, tendo inclusive lecionado no meio civil.

ATUAÇÃO NA DERRUBADA DO "GOVERNICO" NO RIO GRANDE DO SUL

Em 27 de abril de 1891, promovido a major, assumiu o comando do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guardas. Logo a seguir, foi chamado pelo Marechal Floriano Peixoto, que o conhecia desde o Paraguai, para desempenhar uma missão secreta no Rio Grande do Sul, de onde acabara de chegar. Floriano incumbiu-o de observar para ele, com a maior imparcialidade, a situação no Rio Grande do Sul e esclarecê-la.

O Major Caetano viajou, observou e sintetizou para Floriano:

"Existem três partidos. O mais numeroso e mais forte é o de Gaspar Silveira Martins, mas composto de republicanos e sobretudo monarquistas. O segundo é o de

Júlio de Castilhos. É menor que o primeiro, mas é coeso, disciplinado e composto exclusivamente de republicanos. O terceiro, que está no poder, é muito fraco e só sobrevive das divergências dos dois."

Floriano decidiu-se então em favor de Júlio de Castilhos, conforme conclusão de análise imparcial do Major Caetano, que estava inclusive de relações cortadas com aquele líder. A seguir, o Major Caetano participou do esquema militar de derrubada do ilegítimo "Governico" para repor Júlio de Castilhos no poder. Sua ação foi mostrar cartas de Floriano aos chefes dos Correios e Telégrafos, pelas quais ele assumiu o controle daquelas repartições, assegurando, por três dias, até a consumação da restauração de Castilhos em todo o Rio Grande do Sul, que só fossem passados telegramas pelos castilhistas.

Floriano, que sabia escolher os homens para missões difíceis, passou a dispensar-lhe atenções e deferências, pelo que Caetano de Faria foi apelidado por seus colegas "major Florianinho".

Lamentavelmente, o "Governico", ao ser derrubado, estava em mãos do venerando e heróico Marechal Câmara e Visconde de Pelotas, que o transmitiu ao General Silva Tavares em Bagé, comandante local, circunstância que por pouco não resultou numa guerra civil. Guerra que foi adiada e, não fora o falecimento do Marechal Câmara no Rio, em 1893, ele teria sido o seu líder, segundo o seu biógrafo General Rinaldo Câmara.¹

ATUAÇÃO NO COMBATE A REVOLTA DE ESQUADRA

Em 1º de setembro de 1892, como major, assumiu o posto de ten cel comandante do Regimento de Cavalaria da Brigada Policial do Distrito Federal.

Por ocasião da Revolta de Esquadra, de 6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894, teve atuação destacada. Foi junto com seu regimento elogiado pelo Presidente da República Mal Floriano Peixoto nestes termos:

"... O regimento sob o seu comando, por sua disciplina e dedicação ao serviço, é e será sempre uma das fortes colunas sobre as quais se apóiam a República e seu Governo..."

Por ocasião da inauguração, na Praça 15 de Novembro, da estátua equestre do General Osório, em 13 de outubro de 1894, o Tenente-Coronel Caetano foi elogiado pelo Presidente da República "pela disciplina e dedicação ao serviço".

O regimento que comandou até 5 de julho de 1898 passou a denominar-se, em 15 de março de 1955, centenário de Caetano de Faria, Regimento Marechal Caetano de Faria.² Em 21 de abril foi batizado com este nome, tendo como padrinho os Dragões da Independência. Mais tarde, em 22 de dezembro de 1962, foi adotado oficialmente o Estandarte do Regimento "Marechal Caetano de Faria" da Polícia Militar da Guanabara, de autoria do neto do Marechal Ivan Rodrigues Faria.³

Hoje, o quartel só conserva o nome Regimento Caetano de Faria, cujas instalações abrigam os batalhões de Choque da PMRJ.

ATUAÇÃO NO COMANDO DO 1º RCG — DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA

De 6 de junho de 1898 a 24 de junho de 1904, durante sete anos, como tenente-coronel e coronel, comandou em São Cristóvão a unidade mais antiga do Brasil, criada em 1808 por D. João — o atual 1º RCG — Dragões da Independência, ora em Brasília, onde se instalaram definitivamente, em 4 de janeiro de 1968, ao comando do então Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo e em atendimento à determinação do General Aurélio de Lyra Tavares, o primeiro a exercer o Ministério do Exército, antes denominado Ministério da Guerra.

A mais difícil missão de Caetano de Faria foi debelar a Revolta da Vacina Obrigatória da Escola Militar da Praia Vermelha, em 15 de novembro de 1904, movimento que determinou o fechamento, seguido da extinção daquela escola, para ressurgir no ano de 1905 em Porto Alegre, com o nome de Escola de Guerra, e onde, de 1905 a 1911, foi implementado o regulamento de 1905, ponto de inflexão do ensino militar, de bacharelismo para profissionalismo e marcado pela criação do posto de aspirante-a-oficial em substituição ao de alferes.



Coronel José Caetano de Faria e sua esposa, D. Isolina de Andrade Faria, quando comandante do Primeiro Regimento de Cavalaria (atual Dragões da Independência), época em que comandou a Primeira Brigada do Exército (1º RC, 24º e 38º BI e duas baterias do 2º R. Art. e forças navais de Infantaria) no combate da Revolta Vacina Obrigatória da Escola Militar da Praia Vermelha, em 15 de novembro de 1904.

(Foto: Arquivo família Marechal Caetano)

Sob seu comando, o velho quartel passou por profundas reformas e melhoramentos visando ao bem-estar da tropa e melhores condições para a instrução. O quartel foi cercado por um alto muro. Para o refeitório geral, importou da Europa uma coberta de granito e níquel para quinhentos praças. Com auxílio inclusive do filho, o segundo-sargento Luís Andrade Faria, exímio picador, construiu picadeiro retangular. Construiu uma casa de máquinas de torrar e moer café e cortar alfafa e capim. Visando ao adestramento da Unidade, organizou⁴ Programa de Instrução discriminando obrigações dos capitães e subalternos. Aos sábados, reunia a oficialidade e ministrava sessões de Tática de Cavalaria, que traduziu num *Regulamento para Exercícios da Cavalaria Brasileira*,⁵ aprovado em 1908.

Antes das grandes Manobras de 1905, em Santa Cruz, já realizava, junto com o Colégio Militar e a Escola Prática do Realengo, exercícios táticos no Alto da Tijuca.⁶

Caetano de Faria residia ao lado do quartel em casa destinada ao comandante. Mas seus três filhos solteiros, sob seu comando, eram obrigados a residir no Regimento.⁷

Ligou-se sentimentalmente ao Regimento. Em 1918, apoiou o deputado federal Gustavo Barroso em seu projeto de denominar o 1.º RCG de Dragões da Independência. O sentimento republicano ainda muito arraigado fez adiar o projeto aprovado na Câmara, mas posto abaixo pelo Congresso.

Assim, decorridos somente dezoito anos, aquela denominação foi consagrada, em 20 de agosto de 1936.⁸ Foram os Dragões da Independência, denominação aprovada três dias antes da morte do Marechal Caetano, que formaram ala no cemitério da entrada até a sua sepultura e que entregaram solenemente o Estandarte do Regimento Caetano de Faria, em cerimônia de rara beleza, em 21 de abril de 1955.

NOS PRIMÓRDIOS DA REFORMA MILITAR

Em 1904, comandou o sufoco da Revolta da Vacina Obrigatória, na Praia Vermelha. O Coronel Hermes da Fonseca, então, impediu que a Escola Militar do Realengo se revoltasse. Este fato é importante nas vidas de ambos, que passarão a liderar a profissionalização do Exército em função do Regulamento de 1905.

Nas manobras de Santa Cruz, iniciadas em 1905 sob a liderança de Hermes da Fonseca no comando do Quarto Distrito Militar (atual 1.ª RM), Caetano de Faria, como general-de-brigada, comandou a Brigada de Manobras e o 9.º RC. Tornou-se um grande auxiliar de Hermes da Fonseca, a quem sucedeu na atual 1.ª RM, tendo um comando entre os dois. Quando Hermes assumiu o Ministério da Guerra, Caetano de Faria assumiu importantes comandos no Rio de Janeiro, inclusive o comando do citado Quarto Distrito Militar. Quando o Marechal Hermes assumiu a Presidência da República, Caetano de Faria foi o Chefe do EME.

Desse modo, houve continuidade na ação reformadora do Exército de 1907 a 1918, com Hermes da Fonseca e Caetano de Faria. Continuidade inspirada no grande Estado-Maior alemão, mola propulsora da hegemonia militar prussiana conquistada no período 1817-1914, que tanta influência exerceu, inclusive, na Ciência da Administração, além de Fayol, Taylor e outros.

A continuidade administrativa no grande Estado-Maior alemão é traduzida pela longa permanência na sua chefia de homens altamente preparados para o cargo, dos quais muitos conhecidos mundialmente: GROLMAN (1817-21), cinco anos; MUFFING (1821-29), cerca de oito anos; KRAUSENECK (1829-50), cerca de 21 anos; REYHER (1850-57), cerca de sete anos; MOLTKE (1857-88), cerca de 31 anos; WALDERSEE (1888-91), cerca de 13 anos; VON SCHLIEFFEN (1891-1906), cerca de 15 anos, e MOLTKE, o Jovem (1906-14), cerca de oito anos. Ou seja, num século, oito Chefes do EM alemão.

Além disso, existia a KRIEGS AKADEMIE, diretamente subordinada ao Chefe do Estado-Maior, destinada a selecionar e instruir os oficiais para as grandes unidades e uma elite para o Estado-Maior. Essa idéia foi levada tão a sério pelo Ministro Caetano de Faria que, pelo Regulamento de Ensino de 1913, ficaram subordinadas ao EME, além da Escola de Comando e Estado-Maior criada em 1905, a própria Escola Militar do Realen-

go e a EsAO, que ele criou como ministro e instalada em 1920. A continuidade foi assegurada em 1919 com o ministro da guerra Marechal Cardoso de Aguiar e Calógeras.⁹

Assim, dentro da Reforma Militar 1898-1945, se destacaram como construtores do Exército brasileiro: Hermes da Fonseca como o organizador, Caetano de Faria como o continuador, e Eurico Dutra como o consolidador da Reforma. Hermes trabalhou no problema cerca de 10 anos como Comandante do Quarto Distrito Militar, Ministro da Guerra e Presidente da República. Caetano de Faria, quase que por igual período como comandante do Quarto Distrito Militar e Primeira Brigada Estratégica, Chefe do EME e Ministro do Exército. O Marechal Dutra quase que também por igual período, como comandante da 1ª RM e nove anos como ministro.

ALGUNS TRAÇOS DO PERFIL DO MARECHAL JOSÉ CAETANO DE FARIA

Segundo Leitão de Carvalho, que privou com o Marechal Caetano de Faria, "este se assinalou pela inteligência, dedicação aos estudos, modéstia, urbanidade, grande vocação para soldado, acendrado amor à profissão e interesse por assuntos militares". Assim, pôde aumentar vasto conhecimento profissional. Sua agudeza de espírito o levou a acompanhar a guerra russo-japonesa 1904-1905 e a retirar ensinamentos doutrinários para o Exército brasileiro haurido na cr-

ganização e desempenho das divisões japonesas.¹⁰

Era mais inclinado à Doutrina do Exército alemão e seguidor do general alemão Bronsart Von Schellendorf no tocante à mobilização, idéia que viu vitoriosa na citada guerra. No trato profissional, revelava simplicidade e acessibilidade que lhe valeram sempre o apreço e a confiança dos chefes e camaradas. "Era prudente no manifestar-se e cauteloso no agir. Sob a falsa aparência de comodismo e displicência, escondia argúcia e prestimosidade, qualidade responsável pela descoberta de boas oportunidades de colaborar para o progresso do Exército".

No episódio da Revolta da Vacina Obrigatória, "revelou atitudes calmas e bondade ao advertir com respeito e camaradagem os revoltosos que se aproximavam para entregar-se à autoridade".

Ao receber os "jovens turcos" egressos, em 1912, de curso no Exército alemão, "revelou espírito liberal e compreensivo, animado de sincero desejo de aproveitar em benefício do Exército os conhecimentos que adquiriram em dois anos na Alemanha". Constituiu-se então "o mais forte apoio da campanha empreendida pelos jovens turcos, decididos a forçar os chefes à modernização do Exército".

Estimulou a *A Defesa Nacional*, que usou inclusive para defender suas idéias.

Ao ser criticado pelas páginas de *A Defesa Nacional* pela adoção do Regulamento de Infantaria alemã, reconheceu a procedência e determinou a revisão do mesmo

por comissão integrada, inclusive pelo autor da crítica.

Recebia as críticas dos jovens turcos de *A Defesa Nacional* com bondade, compreensão, benevolência, imperturbável, e respondia-lhes sem azedume ou irritação:

— Já sei, vocês querem é decreto sobre decreto, regulamento sobre regulamento, sem dar tempo a que as idéias se transformem em fatos.

Enfim, exercia um poder moderador como um pai experiente sobre um filho idealista, sincero, mas inexperiente, e entre eles e grande parcela do Exército, que via nos jovens turcos uma ameaça potencial à hierarquia e à disciplina. Assim, evitou crises e desvios na rota a que se propôs.

A Defesa Nacional nº 15, de dezembro de 1914, à página 71, assim traduziu o apoio que recebera até então do chefe do então chamado Grande Estado-Maior do Exército, à semelhança da denominação alemã:

"MINISTÉRIO CAETANO DE FARIA

A Defesa Nacional cumpre um elementar dever de gratidão tornando público o seu agradecimento pelo continuado e valiosíssimo concurso com que sempre a distinguiu o ilustre divisionário, em boa hora elevado à gestão do Ministério da Guerra.

Desde seu aparecimento, esta Revista contou não só com o decidido apoio material

— já proporcionando a impressão das “Cartas sobre a tática” do General Griepenkerl,¹¹ já facultando a preparação de clichês nas oficinas do Grande Estado-Maior — mas também com a preciosa colaboração do Sr. General Faria.

Com os seus memoráveis artigos, emprestou S. Exa. um valor muito elevado a estas páginas, decorrente não só da sua reconhecida autoridade profissional, como da responsabilidade inerente ao seu cargo. Os trabalhos publicados nos nºs 2 e 4, “Atualidade Militar”, Editorial do nº 4, nº 6 “Campos de Instrução”, nº 9 “Quadro Suplementar”, explanam magistralmente uma série das mais urgentes necessidades do nosso Exército, e a recapitulação que sobre esta matéria fizemos no Editorial do nosso número último¹² podia ser inteiramente subscrita por S. Exa., como síntese que é desses seus estudos.

O Exército deve pois estar confiante na ação de S. Exa., conhecedor perfeito dos nossos males, sabedor evidente de seus remédios, e sobretudo — tanto quanto permitam os recursos — firmemente desejoso de curá-los, como afirmou de forma inequívoca por ocasião de sua posse.”

Antes de ascender ao generalato, já se havia imposto à admiração e respeito de todo o Exército, onde desfrutava de invulgar prestígio. Entusiasta de sua pro-

fissão e cômico de seus deveres, orgulhava-se de ser bom cavaleiro e dedicava especial carinho à equitação e aos cavalos. Só montava bons cavalos, e submetia seus oficiais no 1.º RCG a um Curso de Equitação com o argumento de que: “Não é suficiente montar; é necessário montar bem, com correção e harmonia”.¹³ Fazia questão de primar pelo “brilhanismo das apresentações, correção de uniformes e garbo”.

Demonstra o prestígio que desfrutava no Exército o fato de haver presidido o Clube Militar por quatro anos, de 5 de agosto de 1908 a 30 de junho de 1911 e de 30 de dezembro de 1911 a 30 de dezembro de 1919, período em grande parte coincidente com sua Chefia do Estado-Maior do Exército e com o estágio no Exército alemão dos “jovens turcos” que iriam fundar *A Defesa Nacional* em 1913, no citado Clube Militar.¹⁴

Outro fato a caracterizar seu perfil militar era a sua assiduidade. Orgulhava-se de, até ser reformado e ao longo de 48 anos, jamais ter faltado ao serviço nem por motivo de saúde, de modo que ao reformar-se possuía mais tempo computável de serviço por férias e licenças especiais jamais gozadas do que anos de idade. A única vez em que se dirigiu para casa seriamente doente, foi chamado com urgência para atuar contra a Revolta da Vacina na Praia Vermelha. Depois de passar uma noite na Praça José de Alencar com o seu Regimento, onde foi medicado com urgência, atuou no sentido de coibir a revolta e normalizar a Escola.

Ao retirar-se, cumprida a missão, comentou com seus oficiais: "Esses jovens alunos me tiraram a única oportunidade que tive até hoje de faltar ao Exército, pois realmente ontem eu estava muito doente."

Dizia sempre que oportuno, em gratidão ao Exército: "Enquanto eu tiver energia para poder retribuir ao Exército que me fez de soldado a marechal, não me negarei a trabalhar para ele."

E este fato ocorreria compulsoriamente aos 79 anos, quando foi obrigado a deixar a Presidência do Supremo Tribunal Militar por força de dispositivo da Constituição de 1934.

Conta-se que o marechal possuía senso de justiça incomum, razão por que exerceu por oito anos a Presidência do STM, inclusive à custa de artifícios de colegas, que renunciavam à Presidência para que ele a exercesse com sabedoria marcante.

Durante toda a carreira, se manteve equidistante dos partidos e imune às ambições. Sua vida desenvolveu-se no seio de sua classe respirando a autoridade dos quartéis, as canseiras dos acampamentos e as responsabilidades das repartições. Era um espírito fulgurante, dotado pelas durezas da guerra de circunspecção precoce. Imune à paixão política e à vida partidária como autêntico soldado, foi por isso escolhido para importantes comandos, que sempre honrou. José Caetano deu ao Exército e ao Brasil o melhor de suas energias. Seu perfil de soldado é exemplar. Sua vida militar é

uma lição eterna de patriotismo, abnegação e firmeza¹⁵ e talvez se deva, em muito, a este reiterado conselho aos jovens militares ao alto de seus 69 anos de serviços como soldado: "O Exército é a mais bela e nobre de todas as escolas, porém sem a política."

No STM, agigantou-se sua figura singela, de vasta cultura e sabedoria imensa. "Foi juiz sereno, firme e correto. Seus pareceres foram meticolosos, atilados e profundos. Em pouco, tornou-se o mais estimado de todos e o elegeram Presidente, como o dono natural da Casa", segundo Avelino Pessoa Cavalcanti.¹⁶

ATUAÇÃO DE CAETANO DE FARIA COMO CHEFE DO EME E MINISTRO DA GUERRA DE 1910 A 1918

Desde 1899, como Comandante do atual 1º RCG, o Marechal Caetano de Faria passou a integrar a Comissão da Reforma Militar do Exército.

Em 1908 e 1909, apresentou os regulamentos de *Exercícios para Cavalaria Brasileira* e de *Remonta do Exército*, muito elogiados por Hermes da Fonseca. Ao assumir as funções de Chefe do EME, então chamado grande Estado-Maior do Exército, à semelhança da Alemanha, que visitara nessas funções, já haviam decorridos mais de 10 anos de vivência com a problemática da Reforma Militar. No Estado-Maior, que exerceu de 30 de novembro de 1910 a 15 de março de 1914, desenvolveu mui-

tos estudos visando à Reforma Militar. Assim, ao ser designado às funções de Ministro da Guerra, de 15 de novembro de 1914 a 15 de novembro de 1918, as assumiu preparadíssimo e com planos a realizar, como talvez até hoje nenhum ministro teve oportunidade de fazê-lo.

Ao assumir a chefia do Estado-Maior, possuía as seguintes responsabilidades:

- instruir o Exército;
- zelar pela Unidade de Doutrina.

Assim, desenvolveu grandes esforços para assegurar a Instrução e a Unidade de Doutrina. Procurou remover os obstáculos estruturais que se antepunham à Instrução e à Unidade de Doutrina e criar condições melhores para levá-las a efeito.

Então, durante oito anos como Chefe do EME e Ministro da Guerra, o Marechal Caetano de Faria adotou as seguintes medidas, que abordaremos a seguir por campos da Doutrina Militar.

CAMPO DA ORGANIZAÇÃO

1. Como Chefe do Estado-Maior do Exército:

- Criação do quadro de Estado-Maior do Exército.
- Projeto de remodelação do Exército com base na Organização Divisionária (1912).

-- Criação do *Boletim Mensal do EME*, hoje *Revista do Exército*, para debate e difusão da Doutrina.

— Subordinação da Imprensa Militar, criada em 1912, ao EME visando usá-la como instrumento a

serviço da Instrução e da Unidade de Doutrina.

— Determinou entre muitos estudos que mandou o EME realizar:

— Estudo, planejamento e projeto visando à criação de reservas do Exército (segunda e terceira linhas).

— Estudo, planejamento e projeto visando à organização e articulação do Exército em brigadas, divisões e corpos de Exército. O último só em caso de mobilização.

— Estudo, planejamento e projeto visando adaptar a Lei do Serviço Militar de 1908 às necessidades de mobilização.

— Recomendação de que nenhuma tropa fosse movimentada no território sem conhecimento do EME, com vistas à mobilização.

2. Como Ministro da Guerra:

— Criação do Serviço Geográfico Militar e do Gabinete de Identificação do Exército, no qual possui o registro nº 1.

— Extinção da Guarda Nacional (Dec. 1790 de 12 de janeiro de 1918), que saiu da jurisdição do Ministro da Justiça para o da Guerra, como Exército de segunda linha, com a criação da figura do Oficial da Reserva R/2.

— Remodelação do Exército com base na Divisão (Dec. 11497 de 1915) que previu três efetivos — o de paz, o de manobras e o de guerra. Enfim, um Exército com Reserva.

— Criação do Primeiro Distrito de Artilharia de Costa no Rio de Janeiro (atual ACos/1).

— Criação e Regulamentação das Inspetorias das Armas e Ser-

viços, valiosos instrumentos em benefício, principalmente, da instrução e da unidade de doutrina no âmbito das Armas e Serviços.

— Restruturação modernizada da Remonta do Exército, sob o argumento de que o cavalo era importante instrumento de defesa do Brasil, ainda carente de ferrovias. Defendeu sua idéia através de *A Defesa Nacional*.

— Regulamentação de diversos órgãos de comando e administração.

— Implementação das 3ª e 5ª Divisões do Exército (Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul).

— Criação de Regiões Militares.

— Adoção do RISG (Dec. 12008, 29 de maio de 1916; Regulamento de Instrução e não Interno).

— Implantou o Sorteio Militar em 1916, para o que teve o grande concurso do Presidente Wescelau Brás, da imprensa, onde possuía muitos amigos, e da Liga de Defesa Nacional, na qual sobressaiu a pregação eficaz de Olavo Bilac.

— Adoção de uma única data anual para a apresentação de recrutas, acompanhada da proibição de reengajamento de soldados.

— Adoção da Caderneta de Reservista, documento que lutou para que fosse passaporte para o preenchimento de vagas nos serviços públicos municipal, estadual e federal.

— Definição de que todas as Forças Auxiliares, particularmente policiais, passassem à disposição do Exército.

— Criação do QOA, dando oportunidade a que praças por es-

tudo atingissem o oficialato: resposta à aspiração justa captada no bojo da Revolta dos Sargentos de 1915.

— Lançamento das bases da Aviação Militar, através do contrato da Missão Militar Francesa para a aviação do Exército e que se instalaria na administração seguinte.

NO CAMPO DO EQUIPAMENTO

1. Como Chefe de Estado-Maior:

— Determinação de que todas as oscilações no poder bélico terrestre deviam ser informadas ao EME.

— Determinação ao EME, de planejar o equipamento em qualidade e quantidade suficientes para colocar o Exército de paz em pé de guerra.

— Defesa do aumento da capacidade de produção e produtividade das nossas fábricas de munições e proposta da instalação de uma fábrica de projéteis de Artilharia que veio a ser concretizada, em 1934, pelo Ministro Espírito Santo Cardoso, sob a Direção do hoje General Edmundo Macedo Soares e Silva, o construtor da CSV.

— Determinação de estudos visando à distribuição e à regulamentação de viaturas, incluindo cozinhas de campanha rolantes para a Infantaria e cargueiros para as armas montadas, elementos indispensáveis, então, ao combate.

— Tomada dos primeiros passos para a introdução da Aviação do Exército, ao sugerir o envio de

oficiais e mecânicos em visita à França para absorção de *know how*.

- Articulação dos recursos em cavalhadas pelo interior do Brasil, descentralizando-os do Rio Grande do Sul, sob a forma de cude-larias visando melhorar a qualidade.

2. Como Ministro da Guerra:

- Reconstrução em 1915 do Forte de Coimbra na feição atual.

- Elaboração das instruções gerais para o Serviço Radiotelegráfico do Exército, a Arma do Comando.

- Concretização da Aviação do Exército, em 1916, sob a forma de três aviões que foram mandados para o Condestado, onde foram usados pela primeira vez em operações militares.

- Execução da contagem, manutenção e armazenamento, como Reserva de Guerra, de fuzis e mosquetões Mauser comprados em 1908, pelo Marechal Hermes.¹⁷

- Desenvolvimento da produção e produtividade da Fábrica de Cartuchos do Realengo.

- Envio aos EUA, em 1917, de Missão Militar que se instalou em Nova York, visando estudar armamento americano para adquirir lá os que faltavam ao Brasil.

NO CAMPO DA INSTRUÇÃO

1. Como Chefe do Estado-Maior:

- Elaboração dos Guias para Instrução da Tropa: de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.

- Submissão à apreciação do Chefe do EME, visando à Unidade de Doutrina, aos programas de En-

sino, na parte técnica, e à proibição de alterações nos regulamentos táticos das Armas sem ser por intermédio do EME.

- Adoção de Regulamento de Instrução visando à Unidade de Doutrina, através da harmonização dos regulamentos das diversas armas, nas quais noções comuns fossem apresentadas de forma idêntica e os termos usados fossem de mesmo significado para todo o Exército.

- Sugestão para o uso dos terrenos de Deodoro e Gericinó, até a Estrada Real de Santa Cruz, como Campo de Instrução de Gericinó.

Seu empenho foi tal que o Esquadrão de Trem da Primeira Brigada Estratégica que guarnecia a então Fazenda Militar de Gericinó, em 1913, passou a denominar-se Esquadrão de Trem General Faria, que adotou canção específica, cantada quando da inauguração do retrato do Chefe do EME e em sua presença:

"Do nosso comando
Seguimos o trilho,
E vamos ganhando,
Já, um novo brilho.
Nos serve de abono,
De exemplo, de guia,
Ilustre patrono
O General Faria."¹⁸

- Adoção do Regulamento de Ensino de 1913 (Dec. de 30 de abril) que estruturou o Ensino Militar, subordinando-o à orientação direta do EME.

Neste regulamento de grande alcance, com vistas à Instrução e à Unidade de Doutrina, se insere o espírito da Escola Militar do Rea-

lengo, que perdurou por 31 anos (de 1913 a 1944). (Por ele, as escolas de Estado-Maior, Militar e a EsAO, criada dois anos mais tarde, subordinavam-se ao EME.)

COMO MINISTRO DA GUERRA

— Criação, em 24 de janeiro de 1915 (Dec. 13451), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, inaugurada só em 8 de abril de 1920.

— Dinamização da instrução militar nos seguintes segmentos, com vistas a criar condições, em caso de guerra, de elevar os efetivos do Exército:

— Reciclagem da instrução dos soldados antigos que começaram tudo de novo.

— Dinamização da instrução dos Tiros de Guerra, agora sob a orientação da Diretoria de Tiros de Guerra, para prevenir distorções de natureza política ocorridas sob a égide da Confederação Nacional de Tiro. Assim, em 1918, existiam 600 Tiros de Guerra, com 60.000 sócios.

— Instrução dos sorteados incorporados a partir de 1916 em função do Sorteio Militar e uso interno da figura criada, Voluntários para manobras.

— Estímulo à criação de escolas de instrução militar, para aproveitar oficiais da Guarda Nacional como oficiais da Reserva do Exército (Escolas Rio e Niterói), tendo jovens turcos como instrutores (Klinger, Paula Cidade e Euclides Figueiredo).¹⁹

— Envio à França de oficiais voluntários para, durante a guerra,

acompanhar o Exército francês e lutar em suas fileiras. Casos mais conhecidos: Maj Art Fernando Leite de Carvalho (mais tarde Ministro da Guerra, em 1930-32), Tertuliano Potiguara, da Infantaria e herói da Batalha de San Quentín, e José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, da Cavalaria, introdutor de Blindados no Brasil,²⁰ e Cristóvão de Castro Barcelos, mais tarde Chefe do EME.

— Continuação do uso intenso na instrução do Exército, diretamente em unidades do Rio de Janeiro ou através de *A Defesa Nacional*, de oficiais egressos de cursos no Exército alemão, 1910-1912.²¹

— Estímulo e prestígio dos oficiais que, através de periódicos militares e livros, debatessem assuntos de interesse profissional, com vistas a criar uma corrente de pensamento militar brasileiro. Estímulo que, ao tempo do Ministro Eurico Dutra, se traduzia na forma de elogio, segundo Umberto Peregrino.²²

— Tentativa de formação de pilotos para o Exército, em 1914.

— Concretização do primeiro Campo de Instrução do Exército em Gericinó, onde, em 1917, tiveram lugar, com a presença do Presidente Wenceslau Brás, as primeiras manobras do Exército, campo que há 70 anos vem prestando assinalados serviços à Instrução do Exército²³ e que merece chamar-se Campo de Instrução Marechal Caetano de Faria.

— Envio para a França, em 1916, para se aperfeiçoarem em suas escolas de Aviação, do Primei-

ro-Tenente Alzir Mendes Rodrigues e Segundos-Tenentes Bento Ribeiro Carneiro Monteiro (filho do Chefe do EME) e Mário Barbedo. Bento Ribeiro já era brevetado desde 1915 pela Escola Farman na França. O Tenente Barbedo, um mês antes da inauguração da Escola de Aviação Militar, nos Afonsos, em 1919, foi vítima de acidente que o deixou paraplégico. Recusou ser promovido a capitão. Em lugar disso, apelou ao Governo para que baixasse lei amparando famílias de acidentados ou mortos em acidentes de aviação, segundo o Brigadeiro Lavanère-Wanderley, historiador de nossa Força Aérea.²⁴

NO CAMPO DA MOTIVAÇÃO

1. Como Chefe do Estado-Maior do Exército e Ministro do Exército:

— Apoio moral à ação dos “jovens turcos” que criaram *A Defesa Nacional*, colaborando, inclusive, com artigos relacionados ao final, nas fontes consultadas e servindo de elo, entre as novas gerações e parte das mais antigas, que viam indisciplina naqueles hoje beneméritos oficiais. E mais, com sua larga experiência e vivência, compatibilizou os sonhos dos “jovens turcos” com as realidades brasileiras sem, no entanto, deixar de exaltar o valor de seus trabalhos.

Acreditamos não fora essa sua ação de estímulo e equilíbrio, os “jovens turcos” não teriam conseguido os seus objetivos de moder-

nização. Seria de se esperar mais choques hierárquicos e disciplinares além do histórico ocorrido.²⁵

A Defesa Nacional foi um instrumento valioso para o Chefe do EME, e depois Ministro do Exército, Caetano de Faria, para convencer a opinião pública e o Exército de suas idéias, como o apoio da imprensa aos integrantes da Liga de Defesa Nacional, cuja fundação presidiu na Biblioteca Nacional em 7 de setembro de 1916, entre os quais se destacou Olavo Bilac, hoje patrono do Serviço Militar Obrigatório.

Para motivar o pessoal para o Serviço Militar Obrigatório, defendeu que o Certificado de Reservista devia ser recomendação para um emprego público municipal, estadual ou federal.

No primeiro aniversário de *A Defesa Nacional*, escreveu artigo específico no qual dizia, entre outras coisas, da revista e de seus mantenedores e idealizadores, a que chamou “prezados camaradas”, ao parabenizá-los e elogiá-los quando muitos os julgavam uma ameaça à disciplina e hierarquia, nesses termos:

“A revista *A Defesa Nacional* é obra de amor ao Exército e, portanto, de patriotismo. Ela conseguiu vencer. . . com tenacidade digna de elogio.

Insinuou-se aos poucos entre os oficiais, acostumou-os. . . prendeu-lhes a atenção, fez-se útil, auxiliando-os na solução de questões profissionais, e estimulou o estudo, franqueando suas colunas aos camaradas que desejarem”; e continuou mais adiante, “ela triunfou

porque nunca se afastou do terreno profissional, porque seus leitores encontraram em suas páginas o estudo de questões de organização militar, de regulamentos táticos e do modo de executar serviços”.

E terminava encorajando não só *A Defesa Nacional* como também a *Revista dos Militares* de Porto Alegre e *Anuário da Escola Militar do Realengo*.

“As publicações dessa ordem prestam também serviços inestimáveis àqueles que têm a responsabilidade pela vida e progresso do Exército, por meio da análise crítica dos regulamentos, pela sugestão de melhoramentos, permitindo, além, a colaboração de todos aqueles que em suas páginas vêm oferecer os frutos de seu estudo e experiência.”

Conta-nos o jovem turco e mais tarde oficial de gabinete General Estêvão Leitão de Carvalho, “que era tão acessível, liberal e aberto a crítica o Chefe do EME, que tendo revisado um regulamento, foi o mesmo criticado sadicamente por um oficial. Caetano de Faria, julgando procedente, encarregou o referido oficial de chefiar uma Comissão para revisá-lo”.

Dentro do Campo da Motivação, solicitou apoio dos governadores em prol do Serviço Militar Obrigatório, no que teve pleno acolhimento.

Enquanto preparava o Exército, obteve o apoio da imprensa, da Liga de Defesa Nacional e dos governadores do Estado para preparar a alma nacional para o Serviço Militar Obrigatório.

Assim, em 10 de dezembro de 1916, conseguia que o primeiro Sorteio Militar se realizasse em todo o Brasil. A cerimônia teve lugar no local do antigo QG do Exército.

“Nascia ali o Exército Brasileiro moderno de que com razão nos orgulhamos.

E para a sua formação, ninguém concorreu mais poderosamente no Exército do que o Marechal José Caetano de Faria, como Chefe do Estado-Maior e depois Ministro do Exército durante oito anos, de 1910 a 1918.”

São as palavras abalizadas e cheias de autoridade de uma testemunha ocular e apóstolo da luta pelo Serviço Militar Obrigatório, o mais tarde consagrado historiador membro dos IHGB e IGHMB, General Estêvão Leitão de Carvalho, que durante a Segunda Guerra Mundial chefiou, em Washington, a Delegação Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, que ressaltou, em 1955, o valor e atualidade das Inspetorias de Armas e Serviços criadas por Caetano de Faria, e autor das célebres *Memórias de um soldado legalista* (Rio, Imp. Ma., 1961-64, 3).

Lendo-se a biografia do Marechal Caetano de Faria, sente-se a sua preocupação em ressaltar a vitória do Sorteio Militar “graças à colaboração de amigos jornalistas”.

— Outra preocupação do Marechal Caetano de Faria foi retirar o Exército da política, na qual muitos de seus integrantes se envolveram na Campanha Civilista, com grandes prejuízos para a operacionalidade do Exército, afetada por aquele fato, segundo se con-

clui de seu programa de trabalho estampado por *A Defesa Nacional* em seu editorial, nº 14, de novembro de 1914.²⁶

— Presença, ao lado do Ministro Alexandrino de Alencar, da Marinha, na reunião de 29 de setembro de 1916, na Biblioteca Nacional, para o lançamento do Concurso Nacional de um *Catecismo Cívico*, com no máximo 150 páginas, e um *Manual de Educação Moral e Cívica*. O *Catecismo Cívico*, destinado a ser lido e estudado pelo povo e a circular em todas as casas de família, escolas, oficinas, quartéis no qual o Serviço Militar era apresentado como dever e um bem para o indivíduo (saúde e disciplina) e para a comunhão nacional (coesão e defesa). O *Manual de Educação Moral e Cívica* seria destinado a professores e alunos de faculdades, escolas, ginásios etc.

Neste dia foi aprovada a organização de Diretórios Regionais da Liga de Defesa Nacional, integrados por personalidades da maior projeção cultural.

Essa reunião teve grande repercussão no fortalecimento cívico e moral do Brasil. Foi presidida pelo Presidente Wenceslau Brás.²⁷

NO CAMPO DO EMPREGO

1. Como Chefe do Estado-Maior:

— Elaboração e adoção do Regulamento de Manobras para a Infantaria.

— Levantamento de Carta Geral da Região do Contestado, na previsão de possíveis operações do

Exército na região, o que de fato veio a ocorrer.

— Determinação de estudos visando a criar seção no EME para encarregar-se das ferrovias, em caso de mobilização, e atuar no sentido de que novas ferrovias a serem construídas atendessem às necessidades de defesa do Brasil.

2. Como Ministro da Guerra:

— Uso do Exército no combate vitorioso da Revolta do Contestado 1914-16, onde inclusive o avião foi testado pela primeira vez em operações militares.

O emprego do Exército no Contestado motivou precioso relatório, em 1915, do General Setembrino de Carvalho, comandante das forças lá em atuação. O relatório evidenciou falhas clamorosas a serem corrigidas, a seguir sintetizadas por Campo de Doutrina:

“Organização: Unidades com metade de efetivos, pessoal do QG em geral incompetente.

Equipamento: Animais na metade do previsto, insuficiente dotação de forragem, armamento insuficiente e muito danificado, material de transporte pouco ligeiro, barracas impróprias. O único ponto forte reside nas metralhadoras, cuja técnica é bem conhecida.

Instrução: Instrução teórica, Oficialidade dividida em culta e inculta. A culta não conhece bem a profissão. Falta de unidade de doutrina, que é haurida em material difuso por falta de manuais. A instrução da tropa é imperfeitíssima.

Emprego: Não existe prática de ligação e combinação entre as armas. A Infantaria é bastante deficiente, e a Cavalaria, mais ainda. O Serviço de Trem não foi posto à prova."

Isso tornou possível correções.

— Atuação no combate à Revolta dos Sargentos no Rio, em 1915, fato bem abordado na obra *O mineiro que dobrou o caudilho*, de Armelin Guimarães, e com exemplar no Museu da 4ª BECmb, Itajubá e mais por Mc Cann.²⁸

— Envio de Missão Militar Médica à França resumo *História do Exército* v. 3.

ALGUNS ASPECTOS HUMANOS DO MARECHAL CAETANO DE FARIA

Vocação Militar precoce, apresentou-se voluntário com 12 anos, em 1868, para defender o Brasil no Paraguai. Seus superiores o contiveram, só permitindo que ele seguisse para aquele país quando a luta havia terminado e como segundo-sargento, aos 16 anos, integrando a Divisão Brasileira de Ocupação do Paraguai.

Durante sua longa vida militar, logo de início teve duas punições, às quais se seguiram 95 elogios marcantes.

A primeira punição foi como soldado, aos 14 anos, quando em serviço no Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus, cujo teor em sua Fé de Ofício é o seguinte: "Em 24 de janeiro de 1870, recolhido preso à Fortaleza da Laje, por haver se comportado mal na repartição onde era empre-

gado." A segunda foi no Paraguai, onde exercia, como segundo-sargento, também as funções de adjunto da Escola Elementar da sua unidade, o 4º RI. Assim, em 28 de janeiro de 1873, reza sua Fé de Ofício: "Foi repreendido por procedimento desrespeitoso para com seu capitão comandante."

Era grande o apego de Caetano de Faria ao cavalo e à tradição. O cavalo baio de nº 6, que o Marechal Deodoro da Fonseca usara para proclamar a República, pertencia ao 1º RCG. Em respeito ao que aquele cavalo encerrava da história, mandou construir-lhe baia especial e proibiu que ele fosse montado. Quando o histórico cavalo morreu, em 28 de fevereiro de 1904, Caetano de Faria o sepultou em local de destaque no interior do Regimento. Balizou a sepultura com uma coluna de granito que sustentava placa de mármore com os dizeres:

"Baio nº 6 do Primeiro Esquadrão, montada do General Deodoro em 15 de novembro de 1889."

Modesto, respondeu ao neto, impressionado com sua importância e prestígio no Exército: "Meu neto Ivan — as glórias dos generais são devidas aos seus soldados."

Costumava, com toda a simplicidade, ir com familiares tomar leite tirado na hora, na casa de um português, sem que este soubesse sua identidade e importância. Estabeleceu-se então uma cordial amizade entre o português e o seu Caetano, de raízes em Portugal.

Alguém, observando aquela amizade descontraída, pediu ao

português que intercedesse junto ao prestigioso marechal em favor de um problema particular relacionado com o Exército.

O português respondeu: "Eu o conheço como senhor Caetano. Não sabia que ele era tão importante. Pois sempre se comportou aqui com a maior simplicidade e modéstia."

A partir desse dia, o português, como deferência muda, fazia acompanhar o copo de leite do senhor Marechal Caetano guardado com um guardanapo. Aos demais, era só alcançado o copo sem guarnição.

O Marechal Caetano possuía senso de humor e espírito esportivo. Houve um dia que em sua casa começaram a chegar coroas e telegramas por sua morte. A confusão foi desfeita, ao saber que quem havia falecido era um homônimo seu em Mato Grosso. Levou na esportiva o incidente, como se diria hoje. Mas pôde sentir em vida o grau de estima que lhe dispensavam.

Certa feita, o marechal, à paisana, iniciou a atravessar uma prancha colocada entre a rua e a calçada, para evitar que os convidados do Derby Club, a inaugurar, molhassem os pés ou os sujassem de barro. Iniciada a travessia, vem em sentido contrário ao Marechal um guarda-marinha fardado, gaboso, peito estufado, e que, ao deparar com aquele velhinho, o obrigou a descer da prancha para ceder-lhe passagem.

Alguns assistentes alertaram o guarda-marinha.

"Paquete, aquele homem idoso é o Ministro da Guerra!"

Constrangido, o guarda-marinha dirigiu-se ao marechal e pediu-lhe mil desculpas. E o marechal, com a maior calma, disse ao jovem militar que o erro maior e indesculpável que cometera não fora o de disputar a passagem da rampa com o Ministro da Guerra, mas sim com um homem bem mais velho do que ele — o que não ficava bem para um jovem militar.

Se o guarda-marinha pudesse ser engolido naquele momento pelo chão a seus pés, teria sido de bom grado. Este fato foi-nos contado pelo historiador naval Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama, Vice-Presidente do IGHMB.

Morava na Rua Haddock Lobo, no local onde hoje se situa uma agência de automóveis, cujas oficinas iniciais aproveitaram as baías onde o marechal mantinha os cavalos, seus, dos filhos e netos. Amava e era amado pela família. Vez por outra surpreendia um filho ou neto com um beijo no rosto ou com o passar a mão nos cabelos do ente querido, objeto de seu carinho. Gostava da casa cheia, mesa farta e concorrida. Muitas pessoas disputavam sua hospitalidade. Houve até o caso do mais tarde Coronel Jaime Alves de Lemos, que foi se agregando à sua casa e terminou se considerando o quarto filho do marechal, e aceito como tal.

Por ocasião da Revolução de 32, um de seus filhos abraçou a causa revolucionária. Constrangido, procurou explicar ao pai sua posição. E este surpreendeu-lhe com esta resposta: "Meu filho. Não concordo com sua posição,

mas respeito e sempre respeitei maneiras diferentes de pensar. Mas fique seguro de que como pai estarei a seu lado em qualquer circunstância."

Esse filho foi reformado administrativamente. Com sua esposa, D. Tetéia, falecida em 1930, o marechal formava um casal exemplar.

Ela era muito enérgica debaixo de sua pouca estatura, 1,55m, e aparentada com o General Andrade Neves, o Barão de Triunfo.²⁹

O marechal era parente do Barão do Rio Branco, que freqüentava churrasco que oferecia em Copacabana, quando esta era quase um deserto, junto ao Forte.

Aliás, nessa praia, cedida pelo Prefeito do Rio, o Marechal Caetano fez uma tentativa de Remonta, como o Marechal José Pessoa o faria na Ilha de Marajó. A iniciativa não vingou em razão da abundância de pitangas, que faziam mal aos cavalos.

O lazer do marechal era dedicado a assistir a corridas no Jockey Club, onde desempenhou com rara competência as funções de juiz de corridas. Gostava de jogar pôquer com os amigos, bancado em quantias simbólicas e ínfimas. Era participante o grande Ministro da Marinha em três governos; o Almirante Alexandrino Faria de Alencar, filho de Rio Pardo, grande amigo e parente do marechal. Aliás, os dois, sempre que viam um jovem com vocação militar, procuravam influenciá-lo: o Almirante Alexandrino indicando a Marinha, e o Marechal Caetano, o Exército.

Foi alvo dessa disputa o jovem Aurélio de Lyra Tavares, ao assis-

tir a uma reunião na casa do marechal. Este possuía vasta biblioteca, parte da qual legou em testamento aos Dragões da Independência. Lia muito sobre História Militar e Geral e História Natural. e nesta, com especial predileção, tudo referente a pássaros e flores. Gostava de poesia, balé e particularmente ópera, assunto sobre o qual desenvolveu alentada discoteca.³⁰

Criado, como dizia, em cima do lombo de cavalo, seu meio natural de locomoção em todo o Rio, inclusive para ir e vir do trabalho, ir da Tijuca ao Jockey Club e mesmo Copacabana, terminou com problemas de coluna, que lhe provocavam dificuldades em caminhar, recorrendo então ao uso de uma cinta. Deixou de montar com cerca de 70 anos.

Ao ser aposentado compulsoriamente, em 1934, retirou-se, até morrer, do convívio social, para a casa assobradada na Rua do Matoso, junto com seu filho Epaminondas, viúvo e que fora seu ajudante-de-ordens.

Para ali se mudara ao enviuvar, e ali veio a falecer. Manteve-se ao seu lado até morrer, em 1930, o seu amigo e fiel ordenança Messias, que, embora reformado, continuou servindo ao marechal, não abdicando porém do seu uniforme, comprovando na sua simplicidade e humildade "que uma vez soldado, soldado até morrer".

Quando o marechal morreu, constatou-se que era pobre, que não possuía casa própria, nem qualquer outro patrimônio, a não ser a parte militar da sua bibliote-

ca, que doou aos Dragões da Independência.

Deixou, ao contrário, uma dívida no Colégio Militar, perdoada pelo governo, decorrente da solidariedade do marechal em matricular, às suas custas, filhos de antigos colaboradores seus que não possuíam recursos para tal, muitos deles talentosos.

Era esse, em síntese, o que foi possível captar do lado humano do Marechal Caetano de Faria que, no dizer do Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho, "fez de sua existência a marcha ascensional de uma suprema vocação militar, cuja vida é um roteiro luminoso porque é a biografia não de um simples soldado, mas de um grande e nobre soldado, cuja glória imorredoura está na maneira admirável e exemplar de como foi soldado" e que por essa razão conquistou "a imortalidade sob a forma de espécie de vida que ele adquiriu na memória dos homens", a qual, como pesquisador de História do Exército, temos o privilégio cívico de revigorar no Exército do presente para que ele a transmita ao Exército brasileiro do futuro, enfim, ao Exército brasileiro que todos desejamos eterno.

ÚLTIMOS TEMPOS DO MARECHAL

Aposentado compulsoriamente no Supremo Tribunal Militar em 1934, o marechal decidiu encerrar sua vida social. Assim como Caxias se retirara para Santa Mônica, onde viveu por quase dois

anos, o marechal Caetano enclausurou-se na casa do filho mais velho Epaminondas, na Rua do Matoso, 97. Ali faleceu aos 81 anos, em 17 de agosto de 1936. Dispensou as honras militares, como o fez Caxias. Foi sepultado às 10 horas do dia seguinte, no Cemitério São Francisco Xavier.³¹ Abriam o caminho do cortejo fúnebre, da casa ao cemitério, dois motociclistas, batedores da Inspetoria de Veículos. Do portão até sua sepultura, formaram ala os Dragões da Independência. Compareceram ao sepultamento o Ministro da Guerra João Gomes e seu Gabinete, o Chefe da Casa Militar General Francisco José Pinto, representando o Chefe da Nação, os ex-Ministros da Guerra Generais Espírito Santo Cardoso e Aurélio Goes Monteiro, os ex-chefes do EME Pantaleão Pessoa e Andrade Neves, o comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, General Lúcio Esteves, e o Coronel Renato Paquet, comandante do atual Primeiro RCG — Dragões da Independência, ora em Brasília. Falou na ocasião o Dr. Victor Nunes.

A sua morte foi muito sentida, e muito concorridos seu velório e sepultamento. O *Jornal do Commercio* de 19 de agosto de 1936 comentou, a certa altura:

"A bondade, a delicadeza e sobretudo a elevação de sentimentos do Marechal Caetano de Faria, quer como militar ou homem público, ou nas suas relações pessoais, granjearam-lhe incontestável popularidade."

O *Jornal* de 17 de agosto, com o título "A morte do Marechal

Caetano de Faria — pacificou o Contestado e deu ao Exército o Sorteio Militar”, referiu, entre outras coisas:

“A morte do velho marechal foi muito sentida. É que ele era um dos Chefes Militares de maior vulto e prestígio há 25 anos. . .”

Espírito reto e disciplinado, suas qualidades de chefe ainda avultavam através de sua grande cultura e qualidades de administrador comprovadas no desempenho de várias e honrosas comissões. Quando do movimento de renovação do Exército, aquele grupo de jovens oficiais que estagiaram nos Exércitos europeus (francês e alemão) e que de lá regressaram imbuídos de novas doutrinas militares teve nele não apenas um simples animador, mas um verdadeiro colaborador na campanha a que se entregaram.

Ministro da Guerra de Wenceslau Brás, apesar das dificuldades da Guerra Européia, tendo como oficiais de Gabinete homens de real merecimento e competência, realizou uma administração proveitosa.

Surpreendido com a Revolta dos Sargentos em 1915, a enfrentou com seriedade, sendo no entanto enérgico e justo na punição dos culpados, levados a esse gesto por sugestão de alguns políticos.³²

O mesmo o Marechal Faria fez no Contestado; em vez de mandar pequenos destacamentos, organizou uma expedição cujo comando confiou ao atual Marechal Setembrino de Carvalho.

Mas se nada mais houvesse feito o chefe militar que ontem cer-

rou os olhos, aí está o Sorteio Militar.

Não tínhamos quartéis para receber a mocidade. Ainda se observava em alguns jornais uma série preocupação contra o Serviço Militar. O velho marechal, que era um grande amigo dos jornalistas e que nunca lhes pedira nada, valeu-se deles nessa ocasião e pouco a pouco conseguiu ir vencendo algumas dificuldades que lhe pareciam insuperáveis. Assim, pôde ele executar a Lei do Sorteio Militar, que assinala um dos novos marcos da remodelação do Exército. . .

É em síntese a visão na imprensa da obra do Marechal Caetano, que sempre reconheceu nela e na ação da Liga de Defesa Nacional, onde avultava Olavo Bilac, fatores decisivos para tornar-lhe possível a implantação do Sorteio Militar com todas as suas projeções.

No dia anterior ao falecimento do marechal, Pedro Calmon, em São José do Rio Pardo, São Paulo, fazia palestra no ginásio local sobre Euclides da Cunha, que naquele dia fazia aniversário de morte.

Na Marinha, faziam-se gestões visando retirar brasileiros da Espanha através do navio-escola *Almirante Saldanha da Gama*, em razão da Guerra Civil Espanhola, que ia acesa.

Os relatórios do Marechal Caetano de Faria como Ministro da Guerra testemunham a sua atuação marcante. Estuda-se parcialmente o *brazilianist* Frank McCann, correspondente do IGHMB, na obra *A Nação Armada*, Recife, Ed. Guararapes, 1982, pp. 13-53.

Desse ensaio, que não deve ser desconhecido dos chefes do Exército em seus vários níveis, bem como de seus historiadores, destacamos sua abordagem sobre a Revolta dos Sargentos em 1915, com raízes sócio-econômicas, a ação da Liga de Defesa Nacional de 1916-1924, de caráter nacionalista, que envolveu, de 1919 a 1922, a juventude da Escola Militar do Realengo, motivada pela Missão Indígena, envolvida, anteriormente, pelo idealismo pregrado pela Liga de Defesa Nacional através do *Catecismo Cívico e Manual de Educação Moral e Cívica*, publicações editadas antes do Centenário da Independência. Obras que, penso, tenham influenciado os promotores da Semana de Arte Moderna, sob a inspiração também, acredito, da obra do Conde Afonso Celso, *Por que me ufano de meu País*.

O ambiente de civismo nacionalista se traduziu no título Missão Indígena, para distingui-la de Missão Militar Francesa, que resuscitou o jornal *A Cruzada*, a serviço da construção do Brasil Grande, mimeografado em 500 exemplares pelos alunos da Escola do Realengo, cuja direção era integrada pelos alunos Osório Tuiti de Oliveira Freitas, presidente; Edmundo Macedo Soares e Silva, redator; Artur da Costa e Silva, diagramador e impressor, e Juarez Fernandes Távora, colaborador em geral. Foi destacado colaborador desse jornal o aluno Humberto de Alencar Castello Branco.³³

O que o futuro reservou a esses ex-alunos faz parte da História Contemporânea.

Esta foi a semente que Wenceslau Brás e Caetano de Faria ajudaram a plantar.

Caetano de Faria preocupou-se em desengajar muitos oficiais da política na qual haviam se enterrado no contexto da Campanha Civilista, nas políticas de salvação nacionais, visando minar as oligarquias estaduais.

Esse envolvimento afastou o Exército das reformas esboçadas pelo Ministro Hermes da Fonseca. Segundo McCann, "apesar de os oficiais profissionais reformistas concordarem com Rui Barbosa em que a Nação governa e o Exército a obedece, os oficiais políticos terminaram vencendo".

Assim, o bombardeio da cidade de Salvador, em 1912, a partir do Forte do Mar, no contexto das políticas de salvação nacionais, significou um bombardeio do programa reformista iniciado por Hermes da Fonseca e só retomado com o Marechal Caetano, como Ministro, em 1914, com o clima favorável em função da Primeira Grande Guerra.

No Ano-Novo de 1915, sob a inspiração e o aplauso de *A Defesa Nacional*, o Ministro Caetano de Faria fez uma proclamação aos oficiais, convocando-os "a concentrar todas as energias nos trabalhos profissionais" e a abandonar "de uma vez por todas as ambições políticas e as ocupações colaterais", segundo Leitão de Carvalho, citado por McCann no livro mencionado.³⁴

Assim, a obra reformadora do Marechal Caetano de Faria, comparada com as circunstâncias e re-

curso disponíveis, foi seguramente a mais importante na República Velha. Ele de fato lançou os fundamentos do Exército moderno ao executar o Sorteio Militar, depois de 40 anos de aprovado constitucionalmente o Serviço Militar Obrigatório.

HOMENAGENS RECEBIDAS

O Marechal Caetano de Faria recebeu medalhas e condecorações: Ordem Militar de Aviz — Grau de Cavaleiro; Campanha do Paraguai; Medalha Militar de Ouro de 30 anos e Grã-Cruz nº 1 da Ordem do Mérito Militar. Recebeu a Medalha da Vitória Aliada na Primeira Guerra Mundial e a Legião de Honra da França — Grau Cavaleiro. Todas elas foram doadas ao Museu do Exército.

Por ocasião do centenário do seu nascimento, o Governo federal, através do Ministério da Justiça, em 15 de março de 1955, deu o nome de Regimento Marechal Caetano de Faria ao comando de Cavalaria da Polícia do antigo Distrito Federal e instituiu a Medalha Marechal Caetano de Faria.³⁵ O Congresso Nacional, na voz do Deputado Vicente Rondon, líder do PSP, evocou a vida e obra do Marechal Caetano de Faria.³⁶ Houve exposição alusiva no Salão Assírio, em 15 de abril de 1955, marcando o início das comemorações.

O Gabinete de Identificação do Exército, por ele criado, também o homenageou, bem como o Supremo Tribunal Militar e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em palestra do Ma-

rechal Estêvão Leitão de Carvalho.³⁷

Nos bons exemplos e ensinamentos dos Chefes do Exército do passado, se inspira e se renova o Exército do presente e se alicerça o Exército brasileiro do futuro, que desejamos eterno.

E a vida e a obra do Marechal José Caetano de Faria, em prol da construção do Exército, se enquadram com relevo nesse contexto e são evocadas no cinquentenário de sua morte, neste ano de 1986, lembrando que ele sonhou e procurou construir ao seu tempo, com o concurso da sociedade brasileira, "um Exército equidistante dos partidos, afastado das lutas partidárias, com função restrita à sua destinação constitucional, motivo de veneração pública por seu passado de glórias, pela correção de seu comportamento, pela inflexibilidade no cumprimento do dever e indiferença aos aplausos efêmeros e mentirosos de exploradores políticos, e a maior e mais sólida garantia dos interesses do povo brasileiro, do qual é parcela armada".

O presente trabalho, feito por solicitação do Gen Div Ref Francisco de Azevedo Pondé, historiador presidente do Instituto de Geografia Militar, e coincidente com os interesses da Comissão de Pesquisa Histórica de *A Defesa Nacional* e do Arquivo do Exército, resultou da integração das fontes consultadas, relacionadas e soldadas pela história oral familiar preservada pelo neto do marechal, Ivan. Assim encontramos a memória desse grande chefe seriamente

comprometida e ligada a uma obra secundária desempenhada fora do Exército, o comando de Cavalaria da Polícia do antigo Distrito Federal que, em 1955, passou a chamar-se Regimento Caetano de Faria, hoje ligado só ao quartel ocupado por tropas de choque do Estado do Rio de Janeiro.

Perguntaram-me seus familiares porque não denominei o Campo de Instrução de Gericinó de Campo de Instrução Militar Marechal Caetano de Faria, em razão, segundo os mesmos familiares, de ser uma das realizações de que o Ministro da Guerra Caetano de Faria mais se orgulhava. Ficam aqui o registro e a lembrança às autoridades competentes.³⁸

PRESTAÇÃO DE CONTAS AO PRESIDENTE WENCESLAU BRÁS AO FINAL DO GOVERNO

Ao final do quadriênio 1914-1918, coincidente com a Primeira Guerra Mundial, o General Caetano de Faria, como Ministro da Guerra, enviou alentado relatório ao Presidente da República.

Sobre o Serviço Militar Obrigatório adotado em 1874 e postergado, no tocante à sua execução, por 42 anos, escreveu:

"V. Exa. Sr. Presidente trazia no programa do seu governo a solução desse problema. Solução que eu como Chefe do Estado-Maior do Exército havia reclamado constantemente. Tínhamos pois o dever de resolvê-lo."

Depois de uma longa exposição, faz considerações finais muito objetivas em relação ao grau de

operacionalidade atingido pelo Exército até 1916, até então sem capacidade de mobilização, em caso de guerra, por não possuir estrutura de formação da Reserva. Considerações que sintetizou:

— Exército ativo organizado, com todos os seus órgãos essenciais, com um efetivo elevado de 18.000 para 50.000 e capacidade de mobilização pela incorporação de reservistas.

— Estar em pleno desenvolvimento a organização da reserva de Primeira Linha do Exército e o Exército de Segunda Linha, que resultou da transformação da Guarda Nacional, daí em diante subordinada ao Exército.

— Possibilidade de as forças estaduais poderem ser mobilizadas, em caso de guerra, como forças auxiliares do Exército, em função de acordos celebrados com os Estados.

— Estar em pleno vigor a Lei do Serviço Militar Obrigatório, com bastante elasticidade, visando atender às necessidades do Exército.

— Contar cada Estado da Federação com ao menos uma unidade do Exército.

— Estarem todas as novas Unidades do Exército aquarteladas, contando com o respectivo apoio administrativo e cada conscrito dispondo de fardamento, equipamento e armamento próprios.

— Disporem os arsenais e Intendência de estoques além do distribuído à tropa como reserva de guerra.

Sobre os conscritos levados aos quartéis pelo Sorteio Militar, escreveu:

"Os conscritos encontram hoje, nos quartéis, oficiais para instruí-los e educá-los, restituindo-os à vida civil habilitados a defender eficazmente a pátria. Entre esses conscritos, alguns nunca haviam visto a Bandeira Nacional, outros não falam nosso idioma, e grande número deles é de analfabetos. Mas quando deixam a caserna, sabem ler e escrever, são cidadãos brasileiros porque falam nossa língua, conhecem nossa Bandeira e sabem defendê-la com as armas na mão. Hoje, em cada caserna, uma escola luta contra o analfabetismo e proporciona aos que sabem ler a instrução necessária para serem graduados a sargentos. A oficialidade tomada de invejável ardor patriótico não poupa esforços para elevar o nível profissional do Exército.

O Estado-Maior do Exército, fiscalizando toda a instrução, desde as escolas superiores até os corpos de tropa, e elaborando ou examinando todos os regulamentos a ela relativos, vai naturalmente estabelecendo a unidade de doutrina.

Estou convencido de que o melhor método para o aperfeiçoamento do Exército é o que estamos seguindo.

Mandar oficiais competentes estudar as organizações européias e acompanhar lá as operações de guerra, a fim de que, com o conhecimento que possuírem das nossas condições, concluam o que nos convém adotar.

Não quero dizer com isso que não seja vantajosa a vinda de oficiais estrangeiros, de real competência, para lecionar, na Escola Militar ou na de Estado-Maior, matérias em que se tenham especializado, como as de Serviço de Estado-Maior, Estratégia, Jogos de Guerra etc."

Ao deixar o Ministério, Caetano de Faria inaugurou o mais importante setor do Campo de Instrução de Gericinó, contendo linhas de Artilharia e para o tiro de combate de Infantaria, o que de fato tornou realidade o primeiro Campo de Instrução do Exército, um sonho que perseguiu desde que era Chefe do Estado-Maior.

No Realengo, implantou o primeiro Campo de Aviação Militar, no local do antigo polígono de tiro, por apresentar à época melhores condições do que o Campo dos Afonsos e o Campo de Santa Cruz.

Suprimiu a Escola Prática do Realengo e só deixou a Escola Militar do Realengo. A parte prática foi substituída por um ano de estágio na tropa de parte dos aspirantes a oficial.³⁹

APÊNDICE CAETANO DE FARIA E O ENSINO DA TÁTICA

Em 1916, os "jovens turcos" de *A Defesa Nacional*, Tenentes Estêvão Leitão de Carvalho e Bertholdo Klinger, traduziram do alemão e editaram *O Guia para o Ensino da Tática*, obra que mereceu do Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, o estímulo de seu prefácio ao lado de juízo-

sas considerações de ordem tática, reveladoras de sua apreciável cultura profissional. Enfatizou o fato de as soluções táticas apresentadas apoiarem-se "freqüentemente em fatos da História Militar".

Com muita felicidade, para demonstrar a importância da preparação tática de um Exército, recorreu à síntese do general russo Kuropatkine, depois de sua derrota na guerra russo-japonesa, na qual o Exército do Japão fora instruído por uma missão militar alemã.

As causas da derrota militar russa deveram-se, segundo o general russo:

"1) à negligência do Comando;

2) à ignorância dos oficiais;

3) à insuficiência da preparação tática do Exército".

A presente transcrição foi feita do exemplar existente no Arquivo do Exército na seção Corpo de Doutrina do Exército — Evolução, através dos regulamentos, em implantação, e que foi ofertado pelos tradutores, em 27 de agosto de 1916, ao Coronel Alberto Cardoso de Aguiar, Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército, que sucedeu Caetano de Faria no Ministério da Guerra e deu grande impulso à Reforma Militar. O livro, traduzido e editado pela Biblioteca de *A Defesa Nacional*, era usado pelas Reais Escolas de Guerra prussianas.

PREZADOS CAMARADAS TENENTES ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO E BERTHOLDO KLINGER

Terminei a leitura da obra que traduzistes, tornando-a desse modo acessível a todos os officiaes do nosso Exercito.

Esse trabalho foi mais uma prova que destes do vosso amor profissional, e da dedicação á instrucção da nossa tropa.

O livro tem reputação merecidamente firmada; sua leitura empolga todo aquelle que tem realmente alma de soldado, e se dedica sinceramente á profissão militar.

Sente-se que seus autores são profissionaes profundamente conhecedores do assumpto, sabendo dirigir-se a seus camaradas em linguagem clara e precisa, discutindo com rigor os diversos casos que se podem apresentar na solução de cada problema tactico, indicando as soluções, e apoiando-as frequentemente em factos da historia militar.

Naturalmente elles citam muitas vezes os artigos do regulamento de campanha allemão; como traductores, entendestes dever conservar essas citações; não é censuravel esse vosso escriptulo, julgo entretanto que em uma nova edição ellas poderão desaparecer.

A traducção está bem cuidada; por isso, e pelo merito do livro, estou convencido de que, em breve, todos os nossos officiaes o conhecerão.

É principalmente nas nossas Escolas Militares, a cujos alumnos é especialmente destinado, que elle deve ser lido e estudado.

Sob o modesto titulo — Guia para o ensino da-tactica — elle é um magnifico compendio, no qual o official estudioso encontrará indicações seguras para qualquer situação tactica em que se veja collocado.

“Contar com sua intelligencia, bom senso, sangue-frio ou a inspiração de momento para resolver os terríveis problemas que o inimigo propõe, seria da parte do Chefe, ou do official, uma soberana imprudencia.

“Entrincheirar-se na velha fórmula — só a guerra ensina a guerra — seria procurar uma desculpa, ou pretexto, se não para a preguiça, pelo menos para a indolencia e a inacção.

“Póde-se ficar apto a fazer a guerra, preparando-se durante a paz.” ()*

O general Kuropatkine, depois da guerra russo-japoneza, apresentou em um documento celebre, como causas essenciaes da inferioridade de sua nação no campo da lucta:

1º, a negligencia do commando;

2º, a ignorancia dos officiaes;

3º, a insufficiencia da preparação tactica.

E, na verdade, sendo a tactica a arte de empregar as tropas para assegurar a execução das disposições combinadas pela estrategia, se não houver uma preparação muito apurada nos diversos ramos em que aquella arte se subdivide, afim de poder attender aos diferentes modos de actividade das tropas, como sejam o combate, as marchas, etc., a situação do general em chefe será sempre de hesitação e de receio.

Na — Theoria da grande guerra — do general Clausewitz, a primeira phrase que se lê é a seguinte:

“O combate é o instrumento da estrategia para chegar ao fim da guerra.”

Assim, pois, a tropa deve ter a preparação tactica necessaria para chegar á posição do combate, e leval-o a effeito, quaesquer que sejam as difficuldades, pondo em contribuição não só sua instrução, como sua educação moral.

Só assim ella corresponderá ao que della espera o commando em chefe.

Portanto, todos os esforços para aperfeiçoar essa preparação representam serviços valiosos prestados ao exercito, e consequentemente á Nação.

Acceitae, pois, as cordiaes felicitações.

de vosso camarada
General Faria.

(*) Bastien, noções de tactica geral.

NOTAS DO TEXTO

1. CÂMARA, Rinaldo Pereira, Gen, *O Marechal Câmara*. P. Alegre, Liv. Globo, 1970, v. 3.
2. Dec. 37.021 de 15 de março de 1955, de Café Filho. O autor, declarado aspirante em 15 de fevereiro de 1955, se hospedou nesta unidade nos dias 15, 16 e 17, em trânsito para o Rio Grande do Sul, um mês antes de ser dada a denominação histórica. Em 21 de abril, o regimento recebeu o seu Estandarte dos Dragões da Independência e foi distribuída a Medalha Marechal Caetano de Faria.
3. Dec. 1.402 de 22 de dezembro de 1962, do Governador Carlos Lacerda.
4. Livro Histórico dos Dragões da Independência — Brasília.
5. A Biblioteca do IHGB possui exemplar, bem como a obra do mesmo autor, *O gesto de amizade e de elogio aos portugueses*, Rio, 1928, por certo lembrando suas raízes em Portugal, no Porto.
6. Desde o comando do Coronel Benedito Onofre Bezerra Leonel, teve início a edição de cópias de manuscritos da documentação histórica do CMRJ, onde se conclui o pioneirismo da Casa de Tomás Coelho na Reforma Militar e por avaliar.
7. Depoimento do neto do marechal Ivan Gonçalves Faria (muito precioso, por sinal).
8. AQUINO FILHO. *Dragões*. . . p. 92 (vide bibliografia).
9. Relatório Ministro Calógeras, segundo o General Francisco de Paula Pondé, diz que foi fácil sua tarefa por ter se orientado por planejamento deixado pelo Ministro Cardoso de Aguiar.
10. A organização japonesa para essa guerra foi influência do trabalho de uma missão militar alemã no Exército do Japão, missão alemã que substituiu uma missão militar francesa depois da guerra sino-japonesa de 1894-95 e assinalada pela vitória do Japão, que conquistou a Ilha de Formosa, atual China Nacionalista.
11. Traduzida peça jovem turco de *A Defesa Nacional*, Segundo-Tenente José dos Mares Maciel da Costa, que estudamos in: BENTO. Fundação de *A Defesa Nacional* (vide bibliografia).
12. Publicado ao final como anexo (*A Defesa Nacional* n° 14 de 10 de novembro de 1914).
13. VASCONCELOS. Centenário do nascimento de Caetano de Faria — GUEs — Vila Militar, 1955.
14. Idem, fonte nota 11 e *Revista do Clube Militar*, 1937, dirigida pelo então Capitão Jonas Correia e alusiva ao cinquentenário do Chefe Militar.
15. MAGALHÃES. Síntese discurso (vide bibliografia).
16. CAVALCANTI. *Brasil Ilustrado* (vide bibliografia).
17. FONSECA. Dois ensaios de História. Relata a atuação seu pai, General Clodoaldo da Fonseca, na aquisição de armamentos na Europa para a Organização de 1908 (vide bibliografia).
18. Essa canção foi impressa e largamente difundida na Vila Militar. Conhecemos exemplar em posse de seu neto Ivan e hoje incorporado ao Arquivo do Exército. O Campo de Instrução foi concluído em setembro de 1918. Ver Relatório Ministro, 1918.
19. Ver do autor, na bibliografia, ensaios sobre Paula Cidade e Klinger e no Arquivo do Exército, ensaio inédito sobre Euclides Figueiredo, junto com sua Fé Offício.
20. Ver CÂMARA, Hiran Freitas. *Marechal José Pessoa — a força de um ideal*. Rio, Bibliex, 1985.
21. Idem, nota 19.
22. Palestra no Arquivo do Exército, agosto de 1985 — Sessão Centenária Chefes do Exército, ao focalizar o centenário do Marechal Dutra, de que foi Aj-O na Presidência da República.
23. Em 1981, quando comandava o 4º BECmb, em Itajubá, em visita à família do Presidente Wenceslau Brás, examinando livros mostrados por D. Rúbia, uma neta do grande estadista, caiu do interior de um deles um esboço a lápis. Prestando atenção, concluímos que era um artístico esboço a lápis feito pelo Tenente Pedro Cordolino de Azevedo, então professor de Topografia no Realengo e que servira para orientar o Presidente em visita feita ao Campo de Instrução de Gericinó, em 1915.
24. Ver bibliografia ao final.
25. CIDADE, Francisco Paula. *Síntese três séculos literária*. . . Rio, Bibliex, 1955. pp. 346-349.
26. Idem, nota 12.
27. FONSECA e ESCOBAR, contém detalhes (vide bibliografia).
28. Vide bibliografia. *A Nação Armada. É brazilianist*, membro correspondente do IGHMB, que tem prestado bons serviços à História do Exército; colabora com *A Defesa Nacional* e no momento pesquisa o Exército na República.
29. CORREIA, Jonas Moraes Correia Neto, Gen *Barão do Triunfo*. Rio, SGeEx, 1970.

30. Depoimento de Ivan Faria, neto do marechal (ver final bibliografia).
31. Não relocado ainda o local.
32. Ver McCANN. *Nação Armada* que desenvolve bem o assunto e Armelin Guimarães em *O Mineiro que Dobrou o Caudilho*, publicado em *O Sul de Minas*, exemplar no Museu do 4º BECmb e no Arquivo de João Aldano, em Itajubá.
33. A *Cruzada* havia nascido em 1905 na Escola Preparatória de Tática, segundo Cidade, em op. cit. nota 25.
34. Idem, nota 32. Conclusões com apoio em McCann In: *Nação Armada*.
35. Idem, nota 15 (Dec. 37.022 de 15 de março de 1955).
36. Figura no *Diário Oficial* de março de 1955.
37. Ver bibliografia n.ºs 10, 11 e 12 de Leitão de Carvalho.
38. O atual General Francisco Silveira do Prado, destacado ex-comandante do 8º BC em São Leopoldo durante a Segunda Guerra Mundial, recorda, entre 1914-18, que o Ministro da Guerra era um exemplo no fardar-se. Assim ele, como aluno do CMRJ, e seus colegas fardavam-se "à Caetano de Faria" e ensinavam os cavalos "à Caetano de Faria", sinônimo do bem fardar-se e arrear a cavallhada, tal era o exemplo do chefe.
39. Ver Relatório Caetano de Faria ao Presidente Wenceslau em março de 1918.
- MARECHAL JOSÉ CAETANO DE FARIA (1855-1936)**
- Principais fontes consultadas, além das mencionadas no texto
1. AQUINO FILHO, Alcides T. *Dragões da Independência*. Rio, Bibliex, 1972 (pp. 95, 103, 155).
2. ARQUIVO DO EXÉRCITO. Fé de Ofício do Marechal José Caetano de Faria (1855-1936).
3. BENTO, Claudio Moreira, Cel. Paula Cidade, um escritor e soldado a serviço do progresso do Exército. *A Defesa Nacional*, n.º 705, set/out 1983 (pp. 13-35).
4. —. Centenário de Bertoldo Klinger. *A Defesa Nacional*, n.º 711, set/out 1984 (pp. 5-16).
5. —. Fundação de *A Defesa Nacional*. *A Defesa Nacional*, 711, set/out 1984 (pp. 168-169).
6. —. Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História. *Revista Militar Brasileira*, v. 98, 1972 mar/jun (1º RCG, pp. 105-112).
7. BRAGA, Gustavo Lisboa, Cap. Marechal José Caetano de Faria — traços biográficos. *A Defesa Nacional*, n.º 489, abr 1955, pp. 87/88.
8. CANN, Frank Mc. Influência estrangeira no Exército brasileiro. *A Defesa Nacional*, n.º 717, jan/fev 84 (pp. 83-117, ref. Mal Caetano de Faria p. 87).
9. —. *A Nação Armada*. Ensaios sobre a história do Exército Brasileiro. Recife, Ed. Guararapes, 1982.
10. CARVALHO, Estêvão Leitão de, Gen. Marechal Caetano de Faria, traços de sua ação no EME e no Ministério do Exército. *A Defesa Nacional*, 1955, jun, pp. 97/108.
11. —. *Discursos, conferências*. (Rio, SMG, 1965).
12. —. Centenário do Marechal Caetano de Faria. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, n.ºs 27 e 28, 1955.
13. CAVALCANTI, Avelino Pessoa. Centenário do Marechal Caetano de Faria. *Brasil Ilustrado*, 3/4 1955. (Afirma de Caetano de Faria. "É um homem exponencial, destinado à glorificação perpétua.")
14. DENYS, Odylo, Mal. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*, Rio, Nova Fronteira, 1980 (ref. Marechal Caetano de Faria, pp. 167 e 170).
15. DIÁRIO OFICIAL, Brasil 19.03.1955. Denomina o Marechal Caetano de Faria o RC da Polícia Militar do DF (Dec. 37.021 de 15 de março de 1955) e Permissão Uso Medalha Marechal Caetano de Faria (Dec. 37.022 de 15 de março de 1955), ambos do Presidente Café Filho.
16. ESTADO DA GUANABARA. Dec. 1.402 de 22 de dezembro de 1962. Aprova Estatuto do Regimento Marechal Caetano de Faria da Polícia Militar do Estado da Guanabara. *Diário Oficial*, n.º 6, de 9 de janeiro de 1962.
17. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *História do Exército brasileiro*. Rio, Sergraf IBGE, 1972, v. 2 (Ref. Ministro da Guerra Caetano de Faria).
18. —. *História do EME*. Rio, Bibliex, 1984 (ref. Marechal Caetano de Faria, pp. 28, 32, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 53, 54, 55 e 56).
19. FARIA, José Caetano de, Gen. Artigos no *Boletim Mensal do EME*.
— O oficial como educador — sua função social, abr: 1912 (pp. 23-31).
— A Guerra na Europa, set 1914 (pp. 221-239).

- A pequena guerra (guerrilhas), nov 1914, (pp. 415-423).
20. —. Artigos publicados em *A Defesa Nacional*:
 - Atualidade militar, nº 2, nov. 1913, pp. 37-40.
 - Atualidade militar, nº 4, jan 1914, pp. 107-109.
 - Campos de instrução, nº 6, mar 1914, pp. 175-177.
 - Remonta no Exército, nº 8, mai 1914, pp. 275-276.
 - 1º aniversário de *A Defesa Nacional*, nº 13, out 1914, pp. 2-3.
21. —. *A falência da Rússia proletária*. Rio, s/ed. 1927.
22. —. *O gesto de amizade e elogio aos portugueses*. Rio, s/ed, 1928 (Existe exemplar no IHGB.)
23. —. Relatórios como Ministro da Guerra 1914, 1915, 1916 e 1918 (no Arquivo do Exército e Biblioteca do Exército).
24. FARIA, Ivan. Depoimento e Arquivo do Marechal Caetano de Faria, seu avô.
25. FONSECA, Mário H. da, e ESCOBAR, J. *Primórdios da defesa nacional*, Rio, Tip. Glória, 1943.
26. FONSECA, Roberto Piragibe. *Ressurreição do Exército nacional — Dois ensaios militares*. Rio, 1974. (Edição 200 exemplares — trata da compra de armamento para o Exército em 1908.)
27. GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO DA GUERRA. Registro nº 1 de José Caetano de Faria, filho de Caetano José de Faria e Adelaide Lima de Faria com 1,66 m de altura etc. (Foi o primeiro a ser identificado em 21 de agosto de 1916). Cópia.
28. GREENHALGH H. FARIA BRAGA. Cartão com foto e síntese biográfica do Marechal Caetano de Faria.
29. IHGB. Biblioteca. Projeto do Regulamento da Cavalaria Brasileira. 1908 (Gen C. Faria).
30. JORNAL DO COMMERCIO. Sepultamento do Marechal José Caetano de Faria. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1936, p. 6, coluna 6.
31. JOUBIN, P. J. Mallet, Ten Cel. Indicações sobre descendentes e localização do Arquivo do Marechal Caetano de Faria.
32. LAGO, Laurêncio, Gel Hon. *Ministro do Supremo Tribunal Militar*. Rio Imp. Mil. 1944.
33. LAVANÈRE-WANDERLEI, Nelson Freire, Ten Brig do Ar. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio, Ministério da Aeronáutica, 1975, 2. ed. (Prefácio do Brigadeiro Eduardo Gomes.)
34. LIVRO HISTÓRICO DO 1º RCG — *Dragões da Independência*. Brasília, DF.
35. MARCONDES FILHO, Geraldo. Ministro da Justiça. 21 de abril de 1955. Discurso de entrega da Medalha Marechal Caetano de Faria no Regimento do mesmo nome, Rio.
36. O JORNAL. Morte do Marechal Caetano de Faria — pacificador do Contestado e introdutor do Sorteio Militar. Rio, 18 de agosto de 1936.
37. —. *História da identificação do Exército*. Rio, 25 de agosto de 1941, p. 13.
38. POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. Anexo ao Boletim 66 de 21 de março de 1955. Entrega de Estandarte do Regimento Marechal Caetano de Faria.
39. QUARTO BATALHÃO DE CAÇADORES da Força Pública de São Paulo. Boletim Comemorativo de 1º de maio de 1955, do Ten Cel Comandante Agenor Almeida Castro — Condecoração Marechal Caetano de Faria.
40. REGIÃO MILITAR — Primeira. Boletins internos de 21 de janeiro de 1909 a 25 de novembro de 1910 do então Distrito Militar, que abrange o comando do Gen Div Caetano de Faria (esta no Arquivo da 1ª RM — Rio).
41. —. História Síntese BI de 24 de outubro de 1984, pesquisa do Cel Claudio Moreira Bento com Presidente da CPHB de *A Defesa Nacional*. Por solicitação Cmt 1ª RM.
42. REVISTA A DEFESA NACIONAL. General Caetano de Faria. nº 15, dez 1914.
43. SANTANA, Damião Mendonça de, Cap. Marechal Caetano de Faria — centenário. *Jornal do Brasil*. Rio, 20 de setembro/21 de fevereiro de 1955, 2. ed, pp. 1 e 2.
44. SENA, Davis Ribeiro, Cel. Serviço Militar Obrigatório. *A Defesa Nacional*, nº 715, set/out 84.
45. SANTOS, Francisco Ruas, Cel. Índice de *A Defesa Nacional*, (1913-57). (Arquivo do Cel C. M. Bento.)
46. —. *Coleção Bibliográfica Militar*. Rio, Bibliex, 1960.
47. —. Sentido da evolução do Exército, 1907-39. Estudo em 1970, 27 pp., com esboços, integra o arquivo do Cel C. M. Bento.
48. TORRES, Theodorico Lages Gentil. *Ministro da Guerra do Brasil 1908-1945*. Rio, 1946. pp. 170-182.

Merecem destaque os artigos cedidos por Ivan Gonçalves Faria ao autor e mencionados nos nºs 13, 15, 16, 18, 27, 28, 34, 36, 37, 38, 39, 43, que ele tem preservado, e as informações familiares valiosas sobre o lado humano do Marechal Caetano.



O Cel Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior dos IV Exército, II Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá — MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-Grandense de Letras. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Inconfidência, Santos Dumont e do Sesquicentenário da PMSP. Trabalhos publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição das obras História da Doutrina Militar e Militar do Brasil, editadas pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho — A História do Brasil através de seus Fortes — foi distribuído como brinde pela GBOEx.